

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 175 - Brasília, sexta-feira, 1º de março de 1996



Com o prolongamento dos debates sobre a Lei de Patentes, os senadores votaram as matérias da pauta da sessão de ontem até as 23 horas

## Senado aprova Lei de Patentes

*Depois de seis horas de debate, plenário acolhe substitutivo apresentado por Fernando Bezerra, que defende o cumprimento de normas internacionais sobre a matéria*

### Projeto sobre transplante é aprovado

O Senado aprovou ontem à noite projeto determinando que, salvo manifestação de vontade em contrário, presume-se autorizada por qualquer cidadão a doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo para transplante ou terapêutica *post mortem*. Por essa lei, a expressão "não-doador de órgãos e tecidos" deverá ser gravada na carteira de identidade e na carteira de habilitação da pessoa que não quiser que retirem partes de seu corpo depois de morta.

A matéria aprovada foi um substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que sintetizou propostas dos senadores Benedita da Silva (PT-RJ), Eduardo Dutra (PT-SE) e Darcy Ribeiro (PDT-RJ). Em defesa da iniciativa, Lúcio Alcântara disse que 25 mil pacientes renais aguardam transplante no Brasil. O projeto ainda será votado na Câmara dos Deputados.

Os senadores aprovaram ontem, às 22h, o projeto da Lei de Patentes, aceitando parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em detrimento de parecer apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pela proposta, fica proibido o patenteamento de plantas e animais, exceto microorganismos e os processos não-biológicos e microbiológicos.

O relator do projeto aprovado, Fernando Bezerra (PMDB-RN), garantiu que o projeto está de acordo com determinações feitas pela Rodada do Uruguai do GATT. Os debates e a votação em plenário duraram seis horas. Os senadores de oposição criticaram a aprovação de um projeto nos termos reclamados pelos Estados Unidos.

O patenteamento de microorganismos e a idéia de que o projeto poderia permitir a cobrança retroativa de patentes sobre produtos já fabricados no país geraram as maiores polêmicas. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vice-líder do governo, explicou que o projeto impede qualquer pagamento retroativo sobre patentes.

O projeto foi aprovado sem os votos do PT, PSB e PPS. Votaram ainda contra, por entenderem que seria mais interessante ao país o parecer da CCJ, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Emília Fernandes (PTB-RS), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Josaphat Marinho (PFL-BA). A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o projeto "legitima o patenteamento de vida" ao prever o registro de microorganismos. Eduardo Suplicy (PT-SP) advertiu que o Brasil está permitindo a patente de microorganismos que ainda estão por ser descobertos e poderão mu-

dar a vida industrial e econômica de países.

O relator do projeto na CAE, Fernando Bezerra, ponderou que o Brasil precisa de uma Lei de Patentes que proteja e estimule o inventor nacional, o desenvolvimento tecnológico e o investimento produtivo.

Ney Suassuna (PMDB-PB), relator do projeto preterido, afirmou que a proposta aprovada oferece muito mais do que recomendam organizações internacionais, como o GATT.

A proposta, que será apreciada em turno suplementar no Senado na terça-feira, ainda terá de ser votada pela Câmara dos Deputados. **Página 3**

### FEF passa em segundo turno

O Senado aprovou, no final da noite de ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição, oriunda da Câmara dos Deputados e de iniciativa do Presidente da República, dispondo sobre a instituição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), nova denominação para o Fundo

Social de Emergência.

O texto final acatado pelo plenário do Senado, por 54 votos favoráveis e seis contrários, teve como base substitutivo de autoria do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

# Sarney quer Brasil no conselho da ONU

*A defesa da reivindicação, um dos principais objetivos da política externa brasileira, foi feita durante a visita ao Congresso do secretário-geral das Nações Unidas*



Benedita da Silva

## Benedita faz apelo em favor de sem-terra

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) dirigiu apelo ao presidente da República para que "sensibilize" o governo e a Justiça de São Paulo no sentido de libertar Diolinda Alves de Sousa e mais três líderes do Movimento dos Sem-Terra, presos naquele estado. Para a senadora, aquela prisão é injusta e antidemocrática, "mesmo porque eles não cometeram nenhum crime, só lutam pelos seus direitos".

Benedita pediu pelos sem-terra ao destacar a entrega, a várias personalidades, do 8º Prêmio Nacional de Direitos Humanos, realizada ontem no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos. Ela reafirmou o propósito de continuar denunciando "toda e qualquer violação dos direitos humanos no país".

Uma das homenageadas, a senadora referiu-se ainda ao discurso proferido por Susana Lisboa, enaltecendo a paz e o fim da tortura, quando recebia o prêmio em nome dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.



No encontro com Boutros Ghali, Sarney defende pleito brasileiro

## Relações Exteriores aprova três acordos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem três projetos de decreto legislativo que ratificam acordos celebrados entre o Brasil e os governos da Austrália e da Namíbia, além do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais.

Com a Austrália, o país assinou tratado sobre extradição, em agosto de 94. A matéria



Emília



Agripino

foi relatada favoravelmente pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS). O texto de um acordo básico de cooperação técnica com a

Namíbia foi relatado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que igualmente se manifestou favorável.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) foi o relator do acordo para pesquisa em mudanças globais assinado pelo país com o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais.

## Valmir homenageia delegação do Lions

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) saudou ontem em plenário delegação do Lions Club - Distrito L-31 de Brasília, destacando que a instituição conta com 50 mil filiados em todo o Brasil e atua em 180 países.

Informou Valmir que, além dele próprio, são filiados ao Lions os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Arlindo



Valmir Campelo

Porto (PTB-MG), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Levy Dias (PPB-MS).

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem, durante encontro com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Boutros Boutros Ghali, a participação do Brasil no Conselho de Segurança, principal instância daquele organismo internacional. "O ingresso no Conselho de Segurança levaria o Brasil a participar mais intensamente das Nações Unidas", disse Sarney. A postulação é um dos principais objetivos da política exterior brasileira.

Segundo o presidente do Senado, o Parlamento brasileiro vem acompanhando com grande interesse o trabalho da ONU, que na sua opinião tem-se destacado nas missões de preservação da paz e na luta pelo respeito aos direitos humanos. Sarney salientou que o Brasil está presente nas Nações Unidas desde a criação da organização, e destacou a participação do falecido ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, na redação da Declaração dos Direitos do Homem, no final dos anos 40.

Boutros Ghali, por sua vez, manifestou-se satisfeito com sua visita ao Brasil e afirmou que Sarney, com sua experiência de ex-presidente da República e atual presidente do Congresso, ainda poderá contribuir muito com as Nações Unidas.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) acompanhou o presidente do Senado na recepção ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Deliberativa do Senado.

**Pauta:** Quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 1/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros.



# Valadares busca apoio para CPI dos bancos

Senador inicia coleta de assinaturas em requerimento que pretende apresentar na próxima semana. Objetivo: apurar responsabilidade civil ou criminal contra o sistema financeiro

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) iniciou ontem a coleta de assinaturas em requerimento que pretende apresentar na próxima semana propondo a criação, pelo Senado, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar "responsabilidade civil ou criminal contra o sistema financeiro nacional".

Conforme o requerimento, a comissão deverá investigar, no

prazo de 180 dias, a "responsabilidade de agentes públicos ou privados do sistema financeiro que, por ação ou omissão, possam ter causado prejuízos à União e ao Banco Central, e cujos bancos tenham sido atingidos, a partir de 1995, por intervenção ou colocados em regime de administração especial".



Valadares

Em discurso no plenário, Antonio Carlos Valadares afirmou que "o Senado Federal precisa promover uma investigação pormenorizada das instituições financeiras e mostrar aos donos do Banco Central que eles podem gerir os recursos financeiros do país, mas não são donos da nação".

Em aparte, Bernardo Cabral

(AM) manifestou-se favorável a uma CPI e alertou que há indícios de omissão do BC. Lauro Campos (PT-DF) frisou que só uma CPI poderá esclarecer a "legalidade espúria" dos banqueiros que, conforme acenou, estariam agindo como o antigo "esquadrão de corruptos". Josaphat Marinho (PFL-BA) esclareceu que a apuração do suposto escândalo financeiro não depende de nova legislação.

## Senado registra pesar pela morte do prefeito de Campinas

O Senado aprovou voto de pesar, decidindo encaminhar à família e à Câmara de Vereadores de Campinas manifestação de condolências pela morte do prefeito daquela cidade, José Roberto de Magalhães Teixeira. Na mesma ocasião, a presidência da Casa designou os senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PSL-SP) para representarem o Senado nos funerais.

O requerimento pelo registro em ata da morte do prefeito foi encabeçado por Pedro Piva, que louvou o perfil de homem público de Magalhães Teixeira, mencionando suas duas eleições para a prefeitura. Numa homenagem semelhante, Eduardo Suplicy disse que o ex-prefeito honrou Campinas, São Paulo e o Brasil, acrescentando que ele sempre "protagonizou atos de ousadia com responsabilidade". Inspirado em iniciativa de Suplicy, Magalhães Teixeira aplicara em Campinas a idéia de pagar uma renda mínima para famílias com crianças em situação de risco.

## Lei de Patentes gera intenso debate

O plenário do Senado dedicou a maior parte da sessão de ontem a um intenso debate sobre o projeto de Lei de Patentes. A discussão da matéria começou com o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sustentando que a nova lei não pode revogar o Código da Propriedade Industrial, em vigor desde 1971, visto que uma lei ordinária não tem força para eliminar um código.

Roberto Freire (PPS-PE) apoiou a posição de Josaphat, argumentando que o atropelo regimental era de responsabilidade do governo Collor, que mandou o projeto para o Legislativo.

José Fogaça (PMDB-RS) denunciou o superficialismo dos panfletos que circulam na Casa a favor e contra os substitutivos elaborados pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Fernando Bezerra (PMDB-RN) sobre a Lei de Patentes. Fogaça disse que os pareceres se chocam em pontos cruciais e que suas argumentações serviram para aumentar as dúvidas. Geraldo Melo (PSDB-RN) condenou o que chamou de "verdades artificiais" anunciadas em torno do assunto, como a definição de *pipeline*, que, em sua opinião, induz erronea-

mente ao entendimento de que o Brasil vai pagar *royalties* retroativos.

Depois que Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), na presidência dos trabalhos, lembrou que o *quorum* para aprovação de lei ordinária é o mesmo para aprovação de código, o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), lamentou que o plenário estivesse deliberando, em regime de urgência, sobre uma matéria que influenciará seriamente o desenvolvimento econômico do país.

Ronaldo Cunha Lima (PMDB-RN) criticou a adoção do *pipeline*, definindo-a como "uma novidade que vai permitir patentear o que não é novidade". Emília Fernandes (PTB-RS) disse que razões de ordem ética, econômica, social e até religiosa a aconselhavam a votar pelo parecer de Ney Suassuna. Marina Silva (PT-AC) condenou a possibilidade de retroatividade das patentes, receosa de

que o Congresso estivesse legitimando o patenteamento da vida. Benedita da Silva (PT-RJ) disse que grandes nações não concordaram em colocar limitações em suas leis de propriedade industrial.

Lauro Campos (PT-DF) lastimou que senadores se dispusessem a votar a matéria sem ter perfeito entendimento de suas consequências. Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou que a matéria envolvia o futuro do país, "não podendo ser votada de afogadilho para atender a pressões de natureza política e diplomática".

Sébastien Rocha (PDT-AP) apoiou o parecer de Ney Suassuna, embora reconhecendo que era remota a possibilidade de sua aprovação. E Roberto Freire voltou à tribuna para dizer que aquele era um dos assuntos mais polêmicos já enfrentados pelo Congresso.

## Requião lamenta rejeição de emenda

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem, em pronunciamento, que considerará "submissão absoluta" do Senado a possível aprovação da Lei de Patentes na forma defendida pelo Executivo, que, segundo acenou, vincula o patenteamento

de organismos vivos e não estabelece o princípio da reciprocidade. Segundo Requião, a base governista recusa emenda por ele apresentada que estabelecia a reciprocidade para os países que tenham a mesma legislação.

# Íris Rezende cobra liberação de recursos para o Centro-Oeste

*Segundo senador, os R\$ 450 milhões do FCO são essenciais para gerar empregos na região e conter o fluxo migratório*

O senador Íris Rezende (PMDB-GO) cobrou ontem a imediata liberação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), da ordem de R\$ 450 milhões, programados para o atual exercício. Ele disse que sem essa verba será impossível financiar os projetos de investimentos previstos para a região.

- Os recursos deveriam es-



Íris Rezende

tar disponíveis desde o início de janeiro, sendo R\$ 330 milhões de recursos novos e R\$ 120 milhões que sobraram do ano passado - disse Íris Rezende, que também solicitou ao governo a instalação do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Con-

del). O conselho, conforme

salientou, suprirá a falta de um órgão como Sudam e Sudene na região.

Íris ressaltou que investimentos em atividades produtivas no Centro-Oeste são importantes para gerar empregos e conter o fluxo migratório. O senador entende ainda que é necessária a descentralização da indústria brasileira, e destacou que Goiás tem lutado para industrializar sua produção de matéria-prima, que é quase totalmente industrializada em outros estados.



Jonas Pinheiro

## Jonas Pinheiro pede apoio para produtores rurais

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) dirigiu ontem apelo aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, para que seja implementado com urgência um programa emergencial de compra de milho e arroz diretamente dos produtores, especialmente na região Centro-Oeste, de modo a evitar o agravamento da crise que atinge o setor.

Segundo o senador, os produtores que optaram pelo financiamento acima de R\$ 30 mil - sem a adoção da cláusula de equivalência-produto e da garantia da opção de venda ao governo - encontram-se em situação de extrema dificuldade, em consequência dos baixos preços do milho e do arroz no mercado.

Para Jonas Pinheiro, esse quadro se agrava ainda mais na região Centro-Oeste e, particularmente, no estado do Mato Grosso, pelo alto grau de endividamento e o baixo nível de capitalização dos produtores rurais que optaram, preferencialmente, pela cultura do milho, em detrimento da soja, já que os recursos para financiamento do milho foram maiores e tiveram melhores condições de financiamento.

## Aprovadas concessões de rádio

O Senado Federal aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo permitindo o funcionamento de emissoras de rádio FM nas cidades de Gaspar (SC) e Andirá (PR). As matérias foram discutidas pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Marina Silva (PT-AC) e Roberto Freire (PPS-PE) e vão agora à promulgação.



Várias proposições foram votadas pela Comissão de Assuntos Sociais

## CAS aprova emendas ao projeto de bancos de olhos

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), aprovou ontem cinco emendas ao projeto de lei que regulamenta o funcionamento de bancos de olhos no país. A proposição é de iniciativa da então deputada e agora senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Na mesma reunião, a CAS aprovou a redução para três meses no prazo para a

obrigatoriedade de inclusão de dispositivo de segurança nas seringas descartáveis, a fim de impedir sua reutilização. Também foi aprovado projeto que institui o direito do educando, desde a pré-escola até o ensino médio, ao atendimento psicológico-educacional, a ser oferecido nas escolas por psicólogo credenciado. Estes projetos serão levados agora ao plenário do Senado.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida  
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraiia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.